

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas  
Direção Regional do Desenvolvimento Rural



# AÇORES

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E LÓGICA DE INTERVENÇÃO

## **OE1 Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar**

Na RAA, a atividade agrícola assume-se como um dos pilares económicos, sendo de elevada importância criar condições para a melhoria do rendimento dos agricultores e da resiliência das suas explorações, ancorada no incremento da sua competitividade e sustentabilidade, sendo fundamental, na persecução desse objetivo, apoiar o investimento no setor agrícola, a inovação, e a diversificação.

Mas também o investimento em infraestruturas coletivas de apoio à atividade, nomeadamente ao nível do abastecimento de água, das acessibilidades e da eletrificação das explorações, assume grande importância neste contexto, nomeadamente por contribuir para a redução e racionalização dos custos de exploração e para a melhoria das condições de trabalho e o reforço da segurança alimentar.

Deve, ainda, destacar-se a importância de assegurar a modernização da rede pública de abate, fundamental para a valorização da produção de carne, assim como a qualificação de recursos humanos e a criação/consolidação de serviços de gestão e aconselhamento, de grande importância para a melhoria da gestão técnica e económica das explorações.

Necessidade 1	Intervenções
1. Criar/consolidar serviços de gestão e aconselhamento e promover a qualificação dos intervenientes do setor agroflorestal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações (formação e serviços de aconselhamento)</li></ul>
2. Promover o investimento em modernização, infraestruturas e novas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento (incluindo IF)</li></ul>
3. Reforçar a diversificação na produção agrícola	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento (incluindo IF)</li><li>• Intervenções sectoriais</li></ul>
4. Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar e a manutenção da atividade agrícola em toda a Região	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento (incluindo IF)</li><li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li><li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li></ul>
5. Incentivar a adesão às medidas de gestão de riscos (seguro agrícolas e fundos mutualistas) e de prevenção e restabelecimento do potencial produtivo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Instrumentos de gestão de riscos</li><li>• Investimento (incluindo IF)</li></ul>

Necessidade 1	Intervenções
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> </ul>
6. Promover a melhoria do rendimento das explorações agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>

**OE2 Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização**

A relevância da agricultura para a economia da RAA é claramente demonstrada pela evolução dos indicadores económicos regionais, sendo que, a atual estrutura da produção releva a importância de setores de produção como a carne e o leite.

No entanto, a RAA oferece potencial para a diversificação que importa explorar, dando resposta aos novos interesses dos consumidores, nomeadamente com a criação de novos produtos a oferecer no vasto e diverso mercado atual.

Neste contexto, pretende-se proporcionar ao setor agroflorestal oportunidades de investimento focadas no desenvolvimento tecnológico, na I&D e na digitalização, contribuindo para a valorização da qualidade e da diferenciação dos produtos açorianos.

É ainda fundamental, por forma a aumentar a competitividade do setor, promover a redução dos custos de exploração, designadamente em algumas das suas componentes mais significativas, como os fatores de produção, cuja utilização deverá ser mais eficiente, ou o financiamento, por via da redução dos respetivos custos e encargos.

Necessidade 2	Intervenções
1. Fomentar o desenvolvimento tecnológico, a digitalização e o investimento em I&D, promovendo a organização dos intervenientes do sector e a transferência de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações (ações de divulgação e informação)</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Fora PEPAC (i9AGRI)</li> </ul>
2. Promover a incorporação de elementos de modernização e de inovação na atividade agroflorestal e agroindustrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> </ul>

Necessidade 2	Intervenções
3. Promover a redução dos custos de produção, melhorando a utilização dos fatores de produção e as condições de financiamento aos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
4. Promover a valorização dos produtos regionais de qualidade e diferenciados e a sua notoriedade nos mercados nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção fora do PEPAC</li> <li>• Intervenções sectoriais</li> <li>• Cooperação (OP e regimes de qualidade)</li> </ul>

### **OE3 Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor**

Na RAA a organização da produção é fundamental para a agregação da oferta e na redução dos custos relacionados com a logística, bem como para o reforço do poder negocial dos agricultores.

É, pois, de grande relevância o papel das organizações de produtores, no sentido de fomentar uma maior proximidade entre a produção e o consumidor e de assegurar relações mais justas e equilibradas ao longo da cadeia de abastecimento.

Outra vertente essencial e que importa assegurar é a cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e os produtores, no sentido de melhorar a transferência do conhecimento científico aplicado ao complexo agroflorestal, potenciando a melhoria da gestão dos fatores de produção, mas também o desenvolvimento de produtos diferenciados e de maior valor acrescentado.

Necessidade 3	Intervenções
1. Fomentar a criação e o reforço de competências das organizações de produtores, como forma de reduzir a pressão sobre os preços por parte da distribuição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação (OP)</li> <li>• Intervenções sectoriais</li> </ul>
2. Fomentar uma maior proximidade entre a produção e o consumidor, incentivando a criação de cadeias curtas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento</li> <li>• Cooperação</li> </ul>
3. Promover a organização da cadeia alimentar, por forma a assegurar um maior equilíbrio na distribuição de rendimentos por todos os intervenientes, dando maior poder negocial aos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação</li> <li>• Intervenções sectoriais</li> <li>• Diretiva práticas comerciais desleais</li> </ul>
4. Compensar os sobrecustos de produção e dos transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>

Necessidade 3	Intervenções
5. Garantir a sustentabilidade económica das explorações agrícolas, quer por via da melhoria da gestão dos fatores de produção, quer pela estratégia de diversificação do produto ou de aposta em produtos diferenciados de maior valor acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>

**OE4 Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável**

A RAA, devido à sua estrutura e localização geográfica, é especialmente vulnerável a eventos meteorológicos extremos e aos efeitos das alterações climáticas, o que evidencia a necessidade de combater a escassez de recursos e de assegurar a proteção dos valores humanos, naturais, animais e patrimoniais.

Neste contexto, assumem importância fundamental o fomento da resiliência dos ecossistemas, a gestão e prevenção de riscos e o combate à degradação dos solos, bem como a aposta na redução dos GEE e o aumento do sequestro de carbono, como formas de mitigação das alterações climáticas.

Necessidade 4	Intervenções
1. Adaptar o sistema agroflorestal aos potenciais efeitos das alterações climáticas e incentivar investimentos com efeitos positivos na mitigação e adaptação às alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
2. Incentivar o investimento na eficiência energética e na melhoria da gestão dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> <li>• Fora PEPAC (i9AGRI, PROAGRI)</li> </ul>
3. Reduzir as emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> </ul>

Necessidade 4	Intervenções
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Investimento</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
<p>4. Aumentar o sequestro de carbono no solo, através da racionalização do uso de fertilizantes e do aumento e melhoria do potencial produtivo da floresta</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
<p>5. Assegurar a sustentabilidade e gestão eficiente dos recursos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
<p>6. Promover a seleção e utilização de espécies vegetais autóctones e de espécies adaptadas às condições edafoclimáticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> </ul>

**OE5 Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar**

Na RAA a suscetibilidade à escassez hídrica é variável, quando conjugada com a orografia das ilhas e as áreas florestais, quer em altitude, quer ao longo das linhas de água.

Assim, as estratégias e investimentos neste objetivo específico, devem contribuir para um correto ordenamento do território açoriano com a conseqüente proteção, valorização e gestão dos

recursos naturais como a água, os solos e o ar. Por outro lado, numa região fortemente suscetível à ocorrência de catástrofes naturais, quer por ação dos fatores climáticos, quer pela natureza dos seus solos e topografia, o coberto florestal, principalmente as áreas onde a floresta tem uma forte componente de proteção, assumem um papel determinante na preservação dos solos contra a erosão, contra os deslizamentos de massas e na ocorrência de enxurradas.

Necessidade 5	Intervenções
<p>1. Promover a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas, contribuindo para a preservação da qualidade da água e do solo, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Cooperação</li> <li>• investimento</li> </ul>
<p>2. Estimular a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a mitigação das alterações climáticas, nomeadamente agricultura biológica e outros modos de produção sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Investimento</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
<p>3. Promover uma gestão integrada da qualidade da água com foco na prevenção e redução dos níveis de poluição, na promoção da utilização sustentável, na proteção do ambiente e na melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> </ul>

**OE6 Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens**

A RAA é detentora de habitats ricos em vida animal e vegetal, bem como em ecossistemas de grande valor natural e paisagístico. Importa promover a biodiversidade através de boas práticas agrícolas, florestais e cinegéticas, bem como investir na valorização e na continuação da

reintrodução de espécies endémicas, não descurando a pressão antrópica que existe nas ilhas mais populosas e geradoras de maior volume de atividade económica e maiores fluxos turísticos.

Paralelamente, as manchas florestais autóctones albergam também um alto grau de biodiversidade que, aliado ao índice de endemidade presente, oferecem um banco genético excecional cujo valor ambiental, social e económico importa preservar e potenciar.

Por outro lado, as Reservas Florestais de Recreio apresentam-se como um cartão de visita dos Açores e constituem um exemplo da utilização dos espaços florestais para usufruto da população. No clássico conceito de uso múltiplo, trata-se de uma externalidade positiva assegurada pela floresta, com grande peso social e turístico.

Cada ilha da R.A. Açores é possuidora de paisagens únicas e específicas, importa por isso perceber como atenuar os efeitos da pressão antrópica na paisagem e promover a preservação e reconversão dos recursos paisagísticos, de modo a minimizar as consequências de séculos de transformação e conversão dos solos.

Necessidade 6	Intervenções
<p>1. Estimular a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação dos habitats florestais, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• investimento</li> </ul>
<p>2. Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio, através de uma gestão responsável dos recursos florestais, com objetivo de potenciar o uso múltiplo que a floresta proporciona</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
<p>3. Promover práticas agrícolas, florestais, cinegéticas e modos de produção que promovam a biodiversidade, através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos, animais, vegetais e florestais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Condicionantes naturais e outras condicionantes específicas</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>



Necessidade 6	Intervenções
4. Incentivar a formação e a prática de atividades agrícolas e florestais que reforcem a preservação das espécies endémicas e o combate à introdução e disseminação de espécies com caráter invasor.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
5. Preservar e incentivar a utilização de espécies e variedades tradicionais de interesse agrícola e pecuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Zonas com desvantagens específicas resultantes de determinados requisitos obrigatórios</li> <li>• Investimentos</li> </ul>
6. Promover condições adequadas ao desenvolvimento da atividade apícola	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções sectoriais</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Investimento</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>

### **OE7 Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais**

Na RAA, proporcionar condições para a atração de mais jovens para a agricultura é determinante para o desenvolvimento e crescimento do setor primário.

É essencial facultar aos jovens agricultores a formação e competências profissionais necessárias ao desempenho da atividade agrícola, no sentido de responder aos novos desafios que se colocam, fruto da constante mudança dos hábitos alimentares dos consumidores.

É também fundamental apoiar o rendimento dos mesmos nos primeiros anos após a instalação, por forma a reduzir os riscos de investimento

Outro aspeto essencial passa por proporcionar atividades complementares à atividade agrícola, contribuindo para o aumento do rendimento das empresas.

De relevar também a necessidade de promover o acesso à terra, que na RAA apresenta-se muitas vezes como um obstáculo à continuidade da atividade agrícola.

Necessidade 7	Intervenções
1. Reforçar as competências dos jovens agricultores e novos agricultores, por forma a fomentar a gestão sustentável e a modernização das explorações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
2. Incentivar os jovens para a criação de empresas, ligadas ou não à atividade agrícola e garantir o apoio ao rendimento dos jovens agricultores durante os primeiros anos de atividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à instalação de jovens agricultores e às empresas rurais em fase de arranque</li> <li>• Investimentos (DLBC)</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
3. Potenciar uma maior ligação entre os jovens agricultores e as instituições de I&D locais, de modo a fomentar um progresso inovador e sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação</li> </ul>
4. Melhorar as condições de acesso à terra e ao financiamento pelos jovens agricultores e novos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fora PEPAC</li> <li>• Investimento</li> </ul>

**OE8 Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável**

A promoção do emprego e do crescimento socioeconómico das zonas rurais da RAA deverão ser encarados como aspetos centrais no desenvolvimento das mesmas. Neste contexto, a promoção de setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas, devem contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental destas zonas.

Necessidade 8	Intervenções
1. Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos (DLBC)</li> </ul>
2. Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos (DLBC)</li> </ul>
3. Valorizar a cultura, o património e os recursos endógenos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos (DLBC)</li> <li>• Cooperação (LEADER)</li> </ul>
4. Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos (DLBC)</li> <li>• Cooperação (LEADER)</li> </ul>
5. Incentivar a bioeconomia e economia circular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> <li>• Cooperação</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>

Necessidade 8	Intervenções
6. Promover o investimento para a valorização dos produtos de origem florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> </ul>
7. Promover a floresta de Criptoméria enquanto componente da economia rural da R.A. Açores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> </ul>

**OE9 Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis, aos resíduos alimentares e ao bem-estar dos animais**

As alterações que se têm verificado na sociedade, ao nível das exigências dos consumidores nos domínios da alimentação, saúde, ambiente e bem-estar animal, reforçam a necessidade de implementar novas políticas públicas na RAA, que garantam o reforço daqueles.

Neste sentido, é fundamental apoiar os produtores na adoção de modos de produção mais sustentáveis, nomeadamente a agricultura biológica e a produção integrada, e incentivar a utilização de produtos fitossanitários e medicamentos para animais menos prejudiciais ao ambiente, assim como promover o bem-estar animal.

Necessidade 9	Intervenções
1. Incentivar a implementação de medidas que visem reforçar e melhorar a segurança alimentar e a saúde, incluindo o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
2. Promover o incremento das áreas de produção biológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>
3. Incrementar os apoios à produção de produtos regionais (carnes, leite e derivados, frutas e produtos hortícolas, mel, vinhos, entre outros)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções sectoriais</li> <li>• Investimentos</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
4. Desenvolver, promover e valorizar os produtos regionais, com foco na sua qualidade e diferenciação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação (regimes de qualidade)</li> <li>• Investimento</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>
5. Promover a redução do desperdício alimentar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> </ul>

Necessidade 9	Intervenções
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação</li> </ul>
6. Incentivar sistemas produtivos menos intensivos, e promover o bem-estar animal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromissos ambientais, climáticos e outros compromissos de gestão</li> </ul>
7. Promover a imagem do agricultor e do silvicultor junto da sociedade, enquanto gestores do território e da paisagem, promotores do ambiente e de práticas agrícolas e silvícolas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de conhecimentos e de informações</li> <li>• Fora PEPAC</li> </ul>